



Número: **0003868-61.2021.2.00.0814**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **03/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Corregedoria Geral de Justiça do Pará - TJPA (CORRIGENTE)			
Marituba - Vara Criminal - TJP (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10310 62	10/12/2021 11:12	Relatório final VCRIM Marituba	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

UNIDADE JUDICIAL	VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA
MODALIDADE	PRESENCIAL
EDITAL	n. 22/2021-CGJ, publicada no Diário de Justiça de 24/09/2021
PERÍODO DA CORREIÇÃO	03 e 04/11/2021



1. INFORMAÇÕES GERAIS.

1.1. Juiz de Direito/Período de exercício/O magistrado titular/no exercício faz parte do grupo de risco?

Observação CGJ: O magistrado Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, está respondendo pela Unidade, com prejuízo de sua jurisdição, desde 12/05/2021. Está em tramitação o concurso de promoção pelo critério de antiguidade, Edital n. 51/2021-SJ, publicado em 22/09/2021, para preenchimento da vaga de juiz titular, após a aposentadoria da magistrada Tarcila Maria Souza de Campos.

1.2. Competência.

Criminal





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1.3. Endereço/telefone/email.

Fórum Pretor Carlos Samico de Oliveira
Endereço: Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536 - Centro
Marituba/PA - CEP: 67200-000
Telefone (91) 3299-8813

1.4. Data da última correição ordinária anual realizada pelo Magistrado (a). (artigos 101, I e 164, I do Código Judiciário do Estado do Pará c/c artigo 11 do Provimento n. 004/2001-CGJ e Instrução n. 004/2008-CJCI)

18 a 20 de Maio de 2021
Observação CGJ. A última correição na Unidade foi realizada pelo magistrado Agenor Andrade, no período de 18 a 20/05/2021, o relatório foi encaminhado através do PJECOR n. 0002384-11. 2021.2.00.0814.

1.5. Qual a data da implantação do sistema PJE? O sistema Pje funciona a contento? Na unidade há tramitação conjunta de processos em meio físico e processos eletrônicos?

Data da implantação do sistema PJE: 14 de Dezembro de 2020
O sistema PJE funciona a contento
Na unidade há tramitação de processos físicos e eletrônicos.
Observação CGJ. A Unidade, segundo o Painel de Gestão Judiciária, possui **3.886** processos ativos, dos quais **791** tramitam no sistema PJE.

2. CORPO FUNCIONAL.

2.1. SERVIDORES

2.1.1 Servidores do gabinete

SERVIDORES DO GABINETE			
	Servidores	Cargo	Função
01.	Tainá Ferreira e Ferreira	Assessora	
02.	Felipe Moura Ramos	Analista Judiciário	

2.1.2. Servidores da Secretaria

SERVIDORES DA SECRETARIA			
	Servidores	Cargo	Função





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

01.	Kelton Silva da Silva	Analista Judiciário	Diretor de Secretaria, em exercício
02.	Roselene Arnaud Garcia	Auxiliar Judiciária	
03.	José Afonso Silva Santos	Analista Judiciário	
04.	Gilvana dos Santos Pereira	Analista Judiciária	
05.	Danielle Couceiro de Miranda Ferreira	Analista Judiciária	Diretora de Secretaria – em licença médica
06.	Ariosvaldo Oliveira Barros	Analista Judiciário	O servidor está em licença para atividade classista no período de 01/11/2021 a 06/12/2023 (SigaDOC PAMEM 2021/40297)

2.1.3. Estagiários

Estagiários	Início do Estágio
Breno Patrick Pereira Costa	06/2021
Giulia Vanessa Henriques de Oliveira	06/2021

2.1.4. Cedidos

Servidores Cedidos	Órgão
Não há servidores cedidos	

2.1.5. Há Promotores de Justiça atuando na unidade judicial? Identificar.

José Augusto Nogueira Sarmiento

2.1.6. Há Defensores Públicos atuando na unidade judicial? Identificar.

Rosangela Lazzarin
Clivia Croelhas

3. INSTALAÇÕES:

3.1. GABINETE (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos).

Dificuldades: sistema elétrico como um todo; sala de audiências sem condições quanto à espaço, principalmente; cadeiras desgastadas. 2 Mesas asa delta; 5 mesas médias/pequena; frigobar; central de ar; prateleiras; cadeira com rodinhas. Mesas, cadeiras com rodinhas.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

bebedouro; armário de ferro; 2 armários.

Observação CGJ. O magistrado Agenor Andrade reportou a grande dificuldade da Vara Criminal de Marituba no que se refere à estrutura física, considerando o reduzido espaço físico da sala de audiência, gabinete e assessoria e, principalmente, pela falta de local no Fórum para realização de Tribunal do Júri, o que dificulta a organização da pauta de processos para a realização da sessão, provocando delonga na instrução de processos com réus presos. A sala de audiências possui espaço físico também reduzido, o que dificulta a realização das audiências com vários réus e testemunhas.

3.2. SECRETARIA (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Estantes de aço; 22 Armários de aço com processos físicos e 01 armário de aço; 8 mesas; 1 impressora funcional; 7 computadores; 1 central de ar; 1 ar condicionado; 6 cadeiras com rodinhas, 1 cadeira com pés; 1 bebedouro; 1 frigobar; 2 prateleiras. Sistema elétrico e espaço. Cadeiras desgastadas

4. ROTINA DE TRABALHO GABINETE E SECRETARIA.

4.1. Qual a metodologia de trabalho é empregada na Unidade (por setor, por tarefa, etc)?

A metodologia de trabalho envolve a divisão de tarefas, sendo que todos devem auxiliar, principalmente nos mini mutirões que são realizados constantemente na Secretaria para sanar demandas. Outras atribuições como réus presos ficam apenas sob a responsabilidade de um servidor.

4.2. Como são divididas as tarefas na Unidade? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.

O Diretor em exercício Kelton da Silva administra a Secretaria, com a responsabilidade de réus presos; resposta a malotes, e-mails e administrativo em geral, além de cumprimento em geral, como cumprimento de sentenças, de prazos e processos de 100 dias. O servidor Afonso Santos cumpre prazos em geral, audiências e migrações do PJE. A servidora Roselene cumpre audiências, tribunal do Júri; prazos em geral e recebimentos de processos provenientes do Gabinete; a servidora Gilvana Pereira cumpre os processos em andamento no PJE. O estagiário Breno Costa faz o pré atendimento e realiza juntada de protocolos e certidões em geral.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.3. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da vara)? Em caso negativo, qual a periodicidade?

Sim. Há petições pendentes de juntada.

Observação CGJ: Durante os trabalhos, constatou-se que não há juntada diária de petições.

4.4. Nos processos que possuem prioridade legal (réus presos, idosos, medidas cautelares urgentes, etc) e nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e sigilo de justiça há identificação visual nas capas (processos em tramitação por meio físico)? Como estão identificadas as prioridades legais nos processos eletrônicos?

Sim. Nos processos físicos as fitas amarela, preta, vermelha, azul e verde. No PJE são as etiquetas.

Observação CGJ: Da análise realizada, verificou-se que a Secretaria não realiza controle eficiente de presos provisórios, considerando que há dois tipos de etiquetas no sistema PJE para identificar réus presos, uma com a palavra "réu" com acento (41 processos) e outra sem acento (37 processos), os quais somados totalizam 78 processos, contudo, na listagem de réus presos fornecido pela Secretaria havia 48 réus presos provisórios.



•Amostragem de etiquetas envolvendo réus presos no PJE





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.5. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício? (Provimentos n. 003/2009 e 011/2009 da CJRMB).

Sim

4.6. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim

4.7. Qual o procedimento utilizado no caso de carga rápida (em livro, registro no sistema, etc)? O número de páginas é conferido no momento da entrega dos autos físicos aos advogados (carga) e quando da devolução à Secretaria?

Todos os procedimentos são realizados via sistema.

4.8. Há expedientes diversos e oriundos do Tribunal de Justiça recebidos e não respondidos?

Não

4.9. A Secretaria Judicial utiliza atos ordinatórios para efeito de intimação? Todos são cadastrados nos sistemas?

Sim

4.10. Todas as certidões/documentos expedidos nos autos físicos são cadastradas no Sistema Libra?

Sim

4.11. Todos os processos físicos se encontram cadastrados no Sistema Libra?

Sim

4.12. Antes da migração do processo físico para o PJE são atualizados os dados cadastrais de partes e advogados?

Sim

4.13. Quando os processos migrados são recebidos em secretaria, eles passam pelo procedimento de etiquetagem?

Sim





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.14. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria?

Sim

4.15. É verificada a identificação de classificação da classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada, do CNJ, nos processos migrados do Sistema Libra?

Sim

4.16. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram sentenciados?

Sim

4.17. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos?

Diariamente.

Observação CGJ. Segundo os dados do Painel de Gestão, há **526** processos julgados e não baixados na Unidade.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.18. Quais critérios são utilizados para a movimentação de feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria/UPJ?

Pesquisa no sistema por processo, análise andamento processual com base na lista de processos do painel de gestão.

4.19. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?

Sim. De acordo com a tarefa atribuída a cada um.

4.20. Com que frequência é verificada a pasta “agrupadores” no Pje?

Semanalmente.

Observação CGJ: Constatou-se que no sistema PJE há **9.832** agrupadores pendentes de baixa.

A captura de tela mostra a interface de pesquisa do sistema PJE. No topo, há o logotipo 'PJE' e o nome de usuário 'Tatyane Silva'. Abaixo, há um formulário de pesquisa com campos para 'Processo', 'Classe judicial', 'Assunto', 'Órgão julgador', 'Nome da parte', 'OAB (000000 A UF)', 'CPF/CNPJ' e 'Processo com parte sem CPF/CNPJ'. Há também um campo para 'Buscar resultados desde' com a opção 'Sempre' selecionada. Abaixo do formulário, há uma lista de filtros de resultados com o seguinte conteúdo:

- Petições avulsas não lidas - (6730)
- Processos com habilitações nos autos não lidas - (103)
- Documentos não lidos - (1038)
- Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (1219)
- Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (714)
- Processos sob análise de prevenção - (28)

4.21. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor?

Semanalmente

4.22. Com que periodicidade o magistrado se reúne com os servidores para definir a gestão da





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

unidade?

Duas vezes na semana

4.23. A unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente?

Sim.

Observação CGJ. O principal plano de ação era de digitalização, o que não conseguiram cumprir, contudo, já há uma central de digitalização instalada na Comarca de Marituba.



4.24. Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da unidade judicial?

Aumento dom IEJUD. Reuniões semanais. Divisão de tarefas. Mini mutirões. Movimentação de todo acervo processual.

4.25. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas a elevação da produtividade?

Reanálise semanal de processos suspensos; organização e realização de mini mutirões mensais de audiências em processos de réus soltos cujas audiências não se realizaram durante a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

pandemia para possibilitar a finalização das instruções e sentenciar os processos; Divisão de tarefas entre os servidores para evitar que processos fiquem parados no gabinete.

4.26. BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021–CNJ e Portaria 1724/2021–GP) – Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

Sim

5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

5.1. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente conforme previsto no Provimento 12/2008–CJRMB ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

Sim

5.2. Todos os atos processuais são lançados nos sistemas, nos casos de processos ainda em tramitação por meio físico?

Sim

5.3. O apensamento de autos que tramitam em meio físico é lançado no sistema? Não havendo mais necessidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

Sim

Observação CGJ: Segundo relatório extraído do sistema Libra, há 23 (vinte e três) processos “arquivados com apenso em outra situação”.

5.4. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? – (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005).

Sim

Observação CGJ: Há processos relacionados no relatório de subcontas sem movimentação há mais de 03 anos fornecido pela Unidade.

5.5. Há processos paralisados aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, quantos? Qual o número dos processos?

Sim.

Observação CGJ: Durante os trabalhos, os servidores não souberam informar o número correto





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

de processos aguardando a remessa de laudo, mencionando que, à medida que a unidade cumpre os despachos e decisões, ao verificar não há laudo, solicitam a remessa.

5.6. Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável da remessa do laudo pericial/exame?

Ofícios ao IML ou órgão competente. Se não houver resposta, vistas ao Ministério Público para manifestação

5.7. A Secretaria Judicial cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015 (lei de custas), alterada pelas leis n. 8.583/2017 e 8.907/2019?

Sim.

Observação CGJ. Acompanhará o presente relatório, os dados de pendências de custas informado pelo Serviços de Fiscalização e Arrecadação de Serviços Judiciais.

5.8. Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

A publicação da resenha é feita pelo gabinete.

5.9. Há processos extraviados? Em caso positivo, mencionar os números. Qual a providência adotada?

Não

5.10. A Unidade adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

Sim. Esforços concentrados e controle de prazos

5.11. O Magistrado realiza a gestão da Vara como corregedor natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA pelo Magistrado e pelo(a) Diretor (a) de Secretaria?

Sim

5.12. a) A verificação dos prazos é diária? Em caso negativo, qual a periodicidade? b) Qual a data da última verificação dos prazos? c) Quais os meios utilizados para verificação dos prazos? d)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Os prazos para realização dos atos processuais a cargo da Secretaria são cumpridos (art. 228, CPC)? Em caso negativo, justifique. Art. 228. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que: I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei; II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.

Sim. Os meios utilizados são dos sistemas PJE, IEJUD e Libra

5.13. Há controle efetivo sobre os processos que ainda tramitam em meio físico e que estão fora da Secretaria (carga)? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?

Sim. Os sistemas PJE e Libra. Verificação mensal

Observação CGJ. Segundo o relatório extraído do sistema Libra, há 295 processos com carga fora da Secretaria.

5.14. Processos fora da secretaria (listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria)

	Número do processo	Data da carga e/ou remessa	Destinatário da carga e/ou remessa	Atraso (dias)
01.	000215513-2014.8.14.0133	03/05/2018	Dra. Elaine Rabelo Lima OAB/PA 22885	1.279
02.	0001599-82.2010.8.14.0133	30/07/2014	Dr. Clodoilson de Araujo Picanço – OAB/PA 14182	2.652
03.	0059368-61.2008.8.14.0133	19/10/2019	Dr. José Rubenildo Correa – OAB/PA 9579	761
04.	0055566-38.2007.8.14.0133	30/10/2019	Dr. José Rubenildo Correa – OAB/PA 9579	764
05.	0025419-77.2009.8.14.0133	30/10/2019	Dr. José Rubenildo Correa – OAB/PA 9579	764

5.15. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados? Os Oficiais de Justiça solicitam esclarecimentos ao magistrado quando encontram dificuldade no cumprimento da ordem judicial?

Obs. Pje - A devolução de mandados pode ser vista nos "agrupadores", onde podem ser visualizadas as certidões dos oficiais de justiça e petições de advogados.

Sim

Observação CGJ: Segundo o relatório extraído do sistema Libra, havia 40 mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias.

Expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça			
Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0080013-57.2004.8.14.0133	2019.02785721-76	16/07/2019	HUGO PORTELA COSTA SANTOS FILHO
0004164-40.2017.8.14.0133	2021.00137522-81	02/03/2021	GILBERTO SOUSA CORREA
0002030-69.2019.8.14.0133	2021.01242658-36	29/06/2021	SALVIANO RUI FERREIRA DE SOUZA JUNIOR
0003449-61.2018.8.14.0133	2021.01270894-09	19/07/2021	JOSE JOAO DA SILVA E COSTA
0000203-84.2017.8.14.0006	2021.01491301-37	28/07/2021	RENATO RANGEL VICTORINO DOS SANTOS

5.16. A Vara utiliza os sistemas INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa? Especifique.

Sim

5.17. A Secretaria intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp? – Resolução n. 28, de 19.12.2018 – TJPA (Institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp, e dá outras providências).

Sim





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.18. Há processos “aguardando conclusão” em Secretaria?

Não

5.19. Está sendo efetuado nos sistemas o registro de todas as informações dos réus? (nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, identidade e último endereço)

Sim. Atualmente. Mas ainda há diversos processos pendentes que estão sendo sanados conforme o manuseio dos autos

5.20. Como se dá o controle dos presos provisórios? – Resolução n. 66/2009–CNJ (Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).

Através de planilha própria em que todos os servidores têm acessos e atualizada duas vezes por semana pelo Diretor de Secretaria e revisada pela Assessora judicial

5.21. A Secretaria mantém relação atualizada de presos provisórios? Há processos de presos provisórios sem movimentação há mais de trinta dias? Há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias? Em caso positivo, relacioná-los para que haja o devido impulso processual. (Deverá a unidade encaminhar à CGJ com o relatório o último controle atualizado dos réus presos provisórios da Vara)

Sim, a Secretaria mantém lista atualizada de presos provisórios.
Não há processo de presos provisórios sem movimentação há mais de 30 dias.
Há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias. Relação em anexo no rol de presos provisórios

5.22. A Vara utiliza os sistemas SEEU/CNJ (apenas competência para execução de pena), BNMP/CNJ, IFOPEN/SUSIPE (consulta sobre presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TER (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?

Sim

5.23. Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema Libra (processos que ainda tramitam em meio físico), PJE (processos eletrônicos) e no BNMP? – Resolução n. 251/2018–CNJ (Institui e regulamenta o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289–A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim

5.24. É informada no Sistema Libra/PJE a data da prisão e da soltura dos réus?

Sim

5.25. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ ?

Sim

5.26. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos?

Sim

5.27. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim

5.28. A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Sim

5.29. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Sim

5.30. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? – *(Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem).*

Sim

5.31. Existem inquéritos e/ou processos envolvendo réu preso que estejam paralisados e sem andamento há mais de três meses? – art. 3º da Resolução n. 87/2009 do CNJ.

Não

5.32. A Secretaria cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto n.º 002/2021–CJRMB/CJCI? – *(Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em*





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará).

A Secretaria está realizando todos os procedimentos necessários para alcançar o objetivo de realizar as determinações contidas no provimento

Observação CGJ. No SNBA constam **295** bens cadastrados e o relatório extraído do sistema Libra constam **498**, o qual comporá o presente relatório.

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
1º GRAU - TJPA
Comarca: MARITUBA
Varas e Juizados Estaduais: VARA CRIMINAL DE MARITUBA
Bem Apreendido: Todos:
Destinação do Bem: Todas:
Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	000000218120128140133
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00000024120138140133
Armas e acessórios	Pistola SemiAutomática/ Automática	1	-	00000024120138140133
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00000088220128140133
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	00000174420128140133
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00000259520108140133
Armas e acessórios	Acessórios	3	-	00000650320128140133
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	00000858620108140133
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00001178220138140133
Armas e acessórios	Rifle	1	-	00002824120158140133
Armas e acessórios	Acessórios	1	-	00002824120158140133
Armas e acessórios	Revólver	1	-	0000405320138140133
Armas e acessórios	Revólver	1	-	0000405320138140133
Armas e acessórios	Acessórios	3	-	00004739120128140133
Armas e acessórios	Acessórios	2	-	00004813420138140133

Número de registros: 295 Página 1 de 20

5.33. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

Observação CGJ. Processos verificados por amostragem, a partir da lista de objetos apreendidos gerada no sistema Libra.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado	Observação
0000018-33.2010.8.14.0133	Revolver	Autos arquivados sem destinação do bem
0000041-67.2015.8.14.0133	balança digital	Autos arquivados sem destinação do bem





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

0000052-96.2015.8.14.0133	Revólver	Autos arquivados sem destinação do bem
---------------------------	----------	---

5.34. O controle dos prazos dos processos suspensos nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal é verificado a cada 90 (noventa) dias conforme determina o Provimento 15/2009-CJRMB? Como a Unidade realiza controle efetivo dos prazos prescricionais dos processos em tramitação? (Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.(Redação dada pela Lei n. 9.271, de 17.4.1996).

Sim

Observação CGJ. Constatou-se que na Secretaria há diversas caixas com processos suspensos, alguns com indicação de prazo de suspensão na capa e outros não. Foram verificados por amostragem os processos n. 0015708-90.2007.8.14.0133, 0131205-46.2007.8.14.0133, 0030667-82.2007.8.14.0133, 0024375-59.2009.8.14.0133 e 0002556-12.2014.14.0133. A consulta dos sistemas SIEL e INFOPEN não é realizada há bastante tempo de acordo com o verificado nas análises por amostragem.

130104

4ª PJ

PREVENTIVA

Poder Judiciário do Pará
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Papeteira de Processo

RE-DISTRIBUIÇÃO

Processo: 0131205-46.2007.8.14.0133
Documento Principal: 200701240876-10

Valor da Causa: R\$ 0,00

Situação: SUSPENSÃO
Data Cadastro: 30/11/2007 10:18:40
Inquérito: 20070001178
Comarca: MARITUBA
Vara: 3ª VARA PENAL DE MARITUBA
Gabinete: GABINETE DA 3ª VARA PENAL DE MARITUBA
Secretaria: 3ª SECRETARIA PENAL DE MARITUBA
Classe: Procedimento Comum
Assunto Principal: Roubo Majorado (Crimes contra o Patrimônio)
Segredo de Justiça: Não
Observação: RPS nº 352/2007.000117-8/DFV - Artigo 157, § 2º, Incisos I e II do C.P.B. - "ATIVACÃO AUTOMÁTICA"

ENVOLVIDOS
R. M. L. X.

PRISÃO PREVENTIVA /TIMA

MARCOS DA PAIXÃO LIMA - DENUNCIADO
ERANILO ALVES DA SILVA - DENUNCIADO

Remessa
Nesta data faço remessa dos presentes autos à
3ª VARA PENAL DE MARITUBA
Sexta-feira 22 de Agosto de 2014

REC

Poder Judiciário do Pará
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Papeteira de Processo

RE-DISTRIBUIÇÃO

Processo: 0030667-82.2007.8.14.0133
Documento Principal: 200700244841-74
Processo Aberto: 200700244841-74
Valor da Causa: R\$ 0,00
Situação: EM ANDAMENTO
Data Cadastro: 26/03/2007 16:41:44
Inquérito: N. Páginas:
Comarca: MARITUBA
Vara: 3ª VARA PENAL DE MARITUBA
Gabinete: GABINETE DA 3ª VARA PENAL DE MARITUBA
Secretaria: 3ª SECRETARIA PENAL DE MARITUBA
Classe: Ação Penal de Competência do Juiz
Assunto Principal: Notificação Qualificada (Crimes contra a vida)
Prioridade: Não
Segredo de Justiça: Sim
Observação: P.P.L. nº 252/2006.000468-1 Art. 121, Caput do C.P.B. Sem Acesso
"ATIVACÃO AUTOMÁTICA"

ENVOLVIDOS
C. L. S.

VITIMA
DENUNCIADO

EDINEY AZEVEDO

Remissão: 12/01/2022

PRISÃO PREVENTIVA

Remessa
Nesta data faço remessa dos presentes autos à
3ª VARA PENAL DE MARITUBA
Segunda-feira 03 de Junho de 2013





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VARAS DE EXECUÇÕES PENAIAS: (itens 5.35 a 5.52) – Prejudicado

6. DAS AUDIÊNCIAS:

6.1. Perfil da pauta.

Réu Preso:

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

29.11.2021 – Proc. 0800307-11.2021.8140133

b) são marcadas audiências em quais dias da semana?

Segunda à sexta.

Observação CGJ: Foi informado que são realizados mutirões em processos envolvendo de violência doméstica e ANPPs, com a média de 20 audiências por dia cada. A Unidade irá participar da Semana Nacional de Conciliação.

Réu Solto:

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

17.03.2022 – 0800564-36.2021.814.0133

b) são marcadas audiências em quais dias da semana?

Segunda à Sexta

6.2. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

Um a dois meses

6.3. Audiências designadas/realizadas.

6.31. Quantidade de audiências designadas em 2020 e 2021, até a data da correição. (dados fornecidos pela unidade)

ANO	QUANTIDADE
-----	------------





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2020	917
2021	449

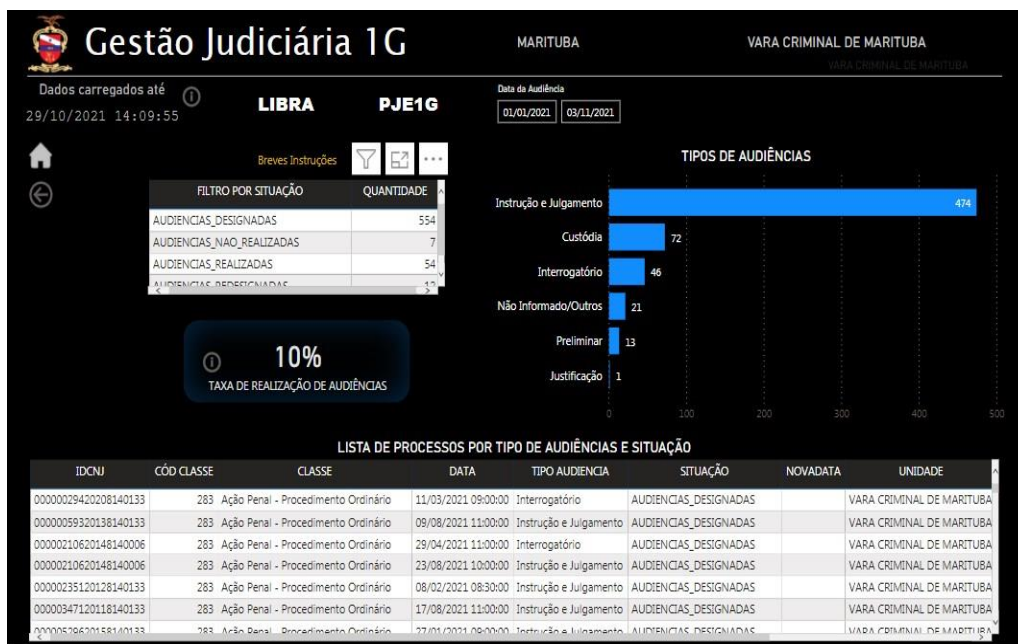
6.3.2. Quantidade de audiências realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	200
2021	279

6.3.3. Quantidade de Sessões do Tribunal do Júri realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	00
2021	08

Observação CGJ. Há 06 (seis) sessões de Tribunal do Júri designadas para o mês de dezembro de 2021 e 03 (três) júris designados para o mês janeiro de 2022, conforme planilha fornecida pela Unidade e que comporá o presente relatório. Os júris são realizados no IESP em Marituba.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7. METAS NACIONAIS – CNJ.

7.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 01			
Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
2020 Meta cumprida	445	451	101,12%
2021 (resultado parcial)	597	679	113,55%

7.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

META 02							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	1.331	1.065	813	61,08%	76,3%	518	252
2021 (resultado parcial)	1.790	1.432	1.171	65,42%	81,77%	619	261

7.3. Meta 04/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos contra a Administração Pública e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 04							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de julgamento	Grau de Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	23	16	11	47,8%	68,3%	12	5
2021	24	17	19	79,17%	113,10%	05	-02





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(resultado parcial)							
---------------------	--	--	--	--	--	--	--

7.4. Meta 08/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31.12.2019 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31.12.2019.

META 08 – VDM							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de Julgamento	Grau de Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	400	200	195	48,75%	97,50%	205	5
2021 (resultado parcial)	474	237	283	59,83%	119,66%	191	-46

8. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES.

8.1. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem.

	Número do processo	Observações / Recomendações
01.	0009173-12.2019.8.14.0133	Ação Penal Crime Estupro de Vulnerável – Art.217 –A do CPB. Distribuição: 21/10/2019. Decisão/Despacho recebendo a denúncia e determinando citação do acusado – 12/12/2019 e 10/08/2021. Recomendação. Cumprir último despacho.
02.	000153582-2004.814.0133 (Meta 02)	Ação Penal Crime de Roubo – Art.157, §2º, Inc.I e II do CPB. Distribuição: 16/07/2003. Despacho recebendo a denúncia e designando audiência – 23/07/2003. Decisão Interlocutória para que a defesa apresente memoriais. – 22/07/2021. Recomendação. Certificar se houve apresentação de memorias e realizar conclusão dos autos, visto que fazem parte do acervo META – 02.
03.	0000964-54.2019.8.14.0133	Ação Penal Crime de Violência Doméstica – Art.147 do CPB c/c Art.7º, II da Lei 11.340/2006. Distribuição: 31/01/2019.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		Decisão recebendo a denúncia e determinando citação do acusado – 10/04/2019. Certidão negativa de citação pelo oficial de justiça – 04/05/2021. Manifestação do MP pela citação editalícia – 05/07/2021. Recomendação: Cumprir a decisão de fls.04 na sua íntegra.
04.	0066571-12.2007.8.14.0133	Ação Penal Crime contra a fé pública – Art.297 e 304 do CPB, e Art.309 do Código de Trânsito Brasileiro. Distribuição: 27/06/2007. Decisão recebendo a denúncia e determinando citação do Réu – 23/04/2014 Certidão negativa de citação – 18/12/2014. Expedido edital de citação 06/10/2021. Recomendação: Certificar se houve manifestação ao edital de citação.
05.	0806930-63.2021.8.14.0401	Ação Penal Crime de Tráfico – Lei 11.343/2006. Distribuição: 28/01/2021. Decisão recebendo a denúncia e determinando citação do Réu – 24/06/2021 Certidão positiva de citação – 01/07/2021. Decisão mantendo a prisão preventiva do acusado – 21/07/2021 Realizada audiência de instrução e julgamento com deliberação em alegações finais – 17/08/2021. Sentença condenatória e concedida a revogação da prisão preventiva. – 22/09/2021. Expedido Alvará de Soltura - 22/09/2021. Recomendação: Processo aguardando trânsito em julgado. Tramitação Regular.

8.2. Análise de processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida há mais de 90 (noventa) dias.

	Número do processo	Data da Remessa	Juízo Deprecado	Observações / Recomendações
01.	0002328-08.2012.814.0133	13/11/2019	Comarca de Juazeiro/BA	Finalidade: Inquirir a vítima Data da expedição: 11/11/2019 Recebido ofício informando da designação da audiência no juízo deprecado para 17/02/2020. Recomendação: Solicitar informações acerca da realização da audiência designada pelo juízo deprecante e devolução da precatória.

22





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

02.	0002248-44.2012.814.0133	07/05/2018	10ª Vara Criminal de Teresina/PI	Finalidade: Inquirir Testemunha. Data da expedição: 02/05/2018 Última informação: em 13/07/2021 que audiência seria realizada na Comarca Deprecada em 19/08/2021 Recomendação: Solicitar informações acerca da realização da audiência designada pelo juízo deprecante e devolução da precatória.
-----	--------------------------	------------	----------------------------------	---

8.3. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Cartas Precatórias recebidas.

	Número do processo	Data da Distribuição	Juízo Deprecante	Observações / Recomendações
01.	000332697-2017.814.0133	22/03/2017	Comarca de Augusto Correa/PA	Finalidade: Fiscalização de Liberdade provisória de acusado Despacho determinando cumprimento da precatória com o comparecimento do acusado para justificar suas atividades. Recomendação: Cumprir último despacho, precatória paralisada aguardando expedição de ofício.
02	0010337-12.2019.8.14.0133	04/11/2019	Comarca de Ourém/PA	Finalidade: Proceder oitiva de testemunha de acusação. Despacho designando audiência para oitiva da testemunha, o qual é um Policial Militar - 06/11/2019. Ofício do Comando da Polícia Militar, informando que a testemunha se encontra em missão no município de Tomé-Açu. Despacho determinando a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

				devolução da precatória datado de 19/08/2020. Recomendação. Cumprir o último despacho com a devida devolução da precatória.
03	0003645-60.2020.8.14.0133	19/05/2020	Comarca de São Domingos/SE	Finalidade: Proceder oitiva de testemunha. Despacho determinando a devolução da precatória datado de 23/09/2020 Recomendação. Cumprir o último despacho com a devida devolução da precatória.
04	0802839-55.2021.8.14.0133	17/09/2021	Comarca de Ourém/PA	Finalidade: Intimar testemunha de defesa, para que participe de audiência de forma remota Despacho determinando cumprimento da precatória datado de 15/10/2021. Recomendação. Expeça-se mandado de intimação, face a proximidade da audiência.
05	0802809-20.2021.8.14.0133	15/09/2021	Comarca de Balneário Camboriú/SC	Finalidade: Intimar parte requerida, acerca da decisão que deferiu medida protetiva em favor da requerente. Despacho ou Ato Ordinatório determinando cumprimento da precatória datado de 16/09/2021 Expedido mandado de intimação Recomendação. Cobrar informações do Sr. Oficial de Justiça, acerca do cumprimento do mandado de intimação.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.4. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na unidade.

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01.	000314265-2001.814.0006	20/08/2021	Ação Penal Tráfico de Drogas – Art. 12 da Lei 6.368/76 Distribuição: 25/03/1997 – Redistribuição – 04/06/2001 Despacho recebendo denúncia: 09/04/1997. Recomendação: Alterar a movimentação do processo no sistema LIBRA, visto o prazo prescricional voltou a correr e ainda costa SUSPENSO no referido sistema.
02.	0082640-93.2003.814.0133	Sentença de Impronúncia 24/09/2021	Ação Penal Homicídio – Art.121, inciso II do CPB. Distribuição: 24/11/2003 Despacho recebendo a denúncia – 29/05/2008. Recomendação: Em que pese o tempo de tramitação, processo no momento em tramitação regular, aguardando o trânsito da sentença de impronúncia.
03.	007784227-2003.814.0133	13/08/2019	Ação Penal Crime de Roubo – Art.157 c/c Art.14 do CPB. Distribuição: 23/08/2002 Despacho recebendo a denúncia – 12/09/2002. Recomendação: Cumprir o último despacho.
04.	007907190-2003.814.0133	06/07/2021	Ação Penal Homicídio Qualificado – Art.121, §2º, c/c Art.14 do CPB Distribuição: 22/07/2003. Despacho recebendo a denúncia – 25/07/2003. Recomendação: Face a manifestação do MP juntada às fls.205, realizar conclusão dos autos.
05.	007916318-2003.814.0133	04/10/2021	Ação Penal Crime de Roubo – Art.157 do CPB. Distribuição:26/07/2001. Despacho recebendo a denúncia – 26/07/2001. Recomendação: Último despacho determina que autos aguardem até 09.06.2035. Tramitação Regular.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.5. Análise de processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública.

	Número do processo – os processos listados abaixo tramitam no sistema PJE	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01.	004511109-2006.8140133	24/08/2021	Ação Penal Crime de Peculato – Art.312 do CPB. Distribuição: 05/05/2006 Primeiro despacho remetendo os autos ao MP – 18/10/2006 Despacho recebendo a denúncia e citação dos acusados: 10/11/2008 Certidão de Migração para o sistema PJE – 10/05/2021 Despacho determinando migração das mídias e que seja oficiado o IML. Certidão informando que os autos foram remetidos ao arquivo e que já foi solicitado o desarquivamento. Recomendação. Cumpra-se o despacho ID32690563 na sua íntegra, oficiando ao IML.
02.	000117770-2013.8140133	28/10/2021	Ação Penal Crime de Falsificação de documento Art.304 do CPB. Distribuição: 16/01/2014. Decisão recebendo a denúncia e determinando citação – 20/01/2014. Certidão de Migração para o sistema PJE – 20/08/2021. Sentença de Extinção da punibilidade por prescrição – 28/10/2021. Recomendação. Proceda a intimação das partes quanto a sentença.
			Ação Penal Corrupção Passiva





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

03.	015403059-2016.8140133	22/10/2021	Art.316 do CPB. Distribuição: 24/09/2019. Decisão recebendo a denúncia e determinando citação – 25/09/2019. Certidão de Migração para o sistema PJE – 17/08/2021. Deliberação em audiência, designando o dia 02/12/2021 para oitiva das testemunhas restantes – 22/10/2021. Recomendação. Processo aguardando audiência, tramitação regular.
04.	039008355-2016.8140133	25/08/2021	Ação Penal Corrupção Passiva Art.316 do CPB. Distribuição: 12/08/2016. Decisão recebendo a denúncia e determinando citação – 16/09/2016. Certidão de Migração para o sistema PJE – 11/05/2021. Despacho designando audiência para 03/11/2021 – 25/08/2021. Recomendação. Certificar se a audiência designada para 03/11/2021 foi realizada.
05.	001051614-2017.8140133	07/10/2021	Ação Penal Crime de Falsificação de documento Art.304 do CPB. Distribuição: 13/10/2017. Decisão recebendo a denúncia e determinando citação – 06/11/2017. Certidão de Migração para o sistema PJE – 11/05/2021. Deliberação em audiência em alegações finais – 07/10/2021. Conclusos para julgamento – 25/10/2021. Recomendação. Processo aguardando sentença. Tramitação Regular.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.6. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem, quanto à vinculação de bens móveis ou imóveis aos processos. No criminal – quanto a vinculação de bens apreendidos vinculados ao processo sem destinação.

	Número do processo	Observações quanto ao exame
01.	0003072-15.2020.8.14.0006	Bem/Objeto Apreendido: Uma pistola calibre 40, marca Taurus, com 02(dois)carregadores nº de série SKW 24669. Processo sentenciado em 06/08/2020. Recomendação. Certificar se foi dada destinação ao bem citado com laudo juntado às fls.148/150, caso negativo, realizar a conclusão dos autos.
02.	0007813-42.2019.8.14.0133	Bem/Objeto Apreendido: Uma arma de pressão tipo Airsoft com carregador nº de série E02120500158 Despacho determinando a destruição do bem datado de 29/01/2021. Recomendação. Certificar se o despacho que deu destinação ao bem foi devidamente cumprido.
03.	0010474-62.2017.8.14.0133	Bem/Objeto Apreendido: Um revólver calibre 38, marca Taurus, com nº de série 2004748. Processo paralisado aguardando designação de audiência. Recomendação. Dar impulso aos autos, assim como destinação ao bem narrado, com laudo juntado {às fls.165/168.
04.	0008489-46.2020.8.14.0006	Bem/Objeto Apreendido: Um revólver calibre 32 Long, marca Taurus, com nº de série 786831. Processo com recebimento de denúncia em 28/06/2021, aguardando cumprimento do despacho. Recomendação. Laudo juntado nos autos fls.03, objeto aguardando destinação.
05.	0002625-34.2020.8.14.0133	Bem/Objeto Apreendido: Uma arma tipo carabina, calibre 44. Processo sentenciado em 25/08/2020. Recurso de Apelação em 28/10/2020. Recomendação. Certificar se foi dada a devida destinação ao objeto, visto que os autos já se encontram com recurso de apelação.

9. DADOS ESTATÍSTICOS.

9.1. LIBRA.

(Dados fornecidos pela Unidade)

Processos em tramitação na Unidade (incluindo os julgados)	2970
Processos fora da Unidade (MP, DP, Advogado, outros)	165





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias	33
Processos redistribuídos – ano 2021	
Processos arquivados definitivamente em 2020	3045
Processos arquivados definitivamente em 2021	1671
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	632
Processos conclusos ao gabinete há mais de 100 dias	0
Processos com idosos postulantes	-
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	0
Quantas sessões de Júri foram designadas em 2020	09
Quantas sessões de júri foram realizados em 2021 (até a data da correição)	08
Quantas sessões de júri estão designadas para 2021	13
Total de petições pendentes de juntada	300

9.2. PJE:

(Dados fornecidos pela Unidade)

Acervo, total de processos e procedimentos não arquivados definitivamente na data.	761
Acervo processual, total do acervo, com exceção dos itens das seguintes classes judiciais: carta, inquérito policial, notificações ou interpelações.	520
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2020	0
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2021	1127
Processos arquivados definitivamente em 2020	30
Processos arquivados definitivamente em 2021	491
Processos com prioridade em andamento – idoso	chamado
Processos com prioridade em andamento – idoso maior de 80 anos	Técnico
Processos com prioridade em andamento – infância e juventude	“
Processos conclusos há mais de 100 dias	17
Sentenças proferidas com mérito em 2020	0
Sentenças proferidas com mérito em 2021	143
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	0
Processos aguardando cumprimento há mais de 100 dias, total do acervo processual, que possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui até a data, nenhum	632





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	
Processos aguardando andamento há mais de 100 dias , total do acervo processual, que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	
Procedimentos aguardando cumprimento há mais de 100 dias , total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	
Procedimentos aguardando andamento há mais de 100 dias , total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	

9.3. SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), Prejudicado

9.4. SEEU – Dados Estatísticos de Processos Ativos, Prejudicado

10. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS :

10.1. O Gestor da Unidade tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Não

10.2. Há servidores em teletrabalho?

Não

10.3. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores?

Sim.

Observação CGJ: Os servidores mencionam a necessidade de treinamento mais específico no sistema PJE.

11. CORREIÇÕES ANTERIORES:

11.1. Data da última correção ordinária realizada pela Corregedoria.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

25 a 27 de Junho de 2019

Observação CGJ: A última correição na Unidade foi realizada no período de 25 a 27/06/2019 pela CJRMB.

11.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

Sim

11.3. Os problemas identificados na correição ordinária anterior ainda persistem?

Sim

11.4. Identifique as recomendações não cumpridas.

Recomendações ao Diretor de Secretaria – 01, 03, 09, 10, 11, 12,13, 14 e 15

11.5. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável. – (Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)

Sim. 18 a 20 de maio de 2021. Dr. Agenor Cassio Nascimento Correia de Andrade

Observação CGJ: A correição acima mencionada foi registrada no processo PJECOR n. 0002384-11.2021.2.00.0814

12. SUGESTÕES GERAIS:

-

13. IMPRESSÃO DO MAGISTRADO SOBRE AS NECESSIDADES MAIS RECORRENTES DA VARA:

-

14. CONSIDERAÇÕES DA CORREIÇÃO:

14.1 - DADOS ESTATÍSTICOS:

- Durante o período correcional, o Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud, encontrava-se em **83,13**, a taxa de congestionamento líquida em **66,42%**, havia **24,86%** do acervo paralisado há mais de 100 dias e Índice de Atendimento à Demanda apontava índice de



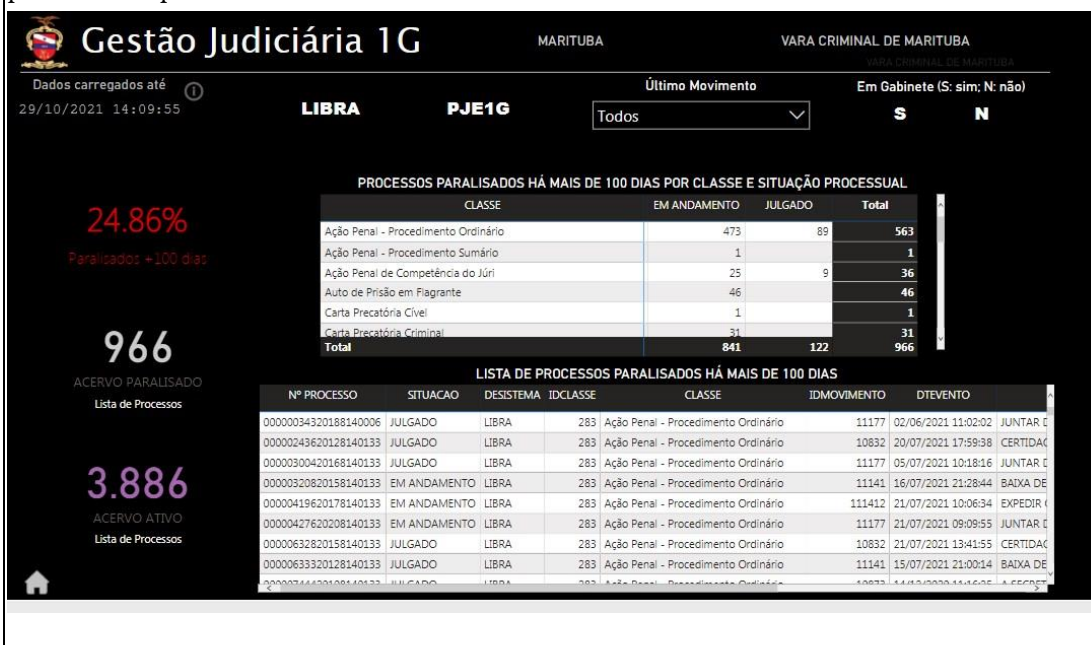


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

190,31%, segundo dados atualizados até 29/10/2021.



- O acervo ativo da unidade em 04/10/2021 totalizava 3.886 feitos, dos quais, 3.095 tramitam no sistema Libra e 791 no sistema PJE. O Painel de Gestão Judiciária indicava, ainda, 609 processos suspensos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Gestão Judiciária 1G MARITUBA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

Dados carregados até 29/10/2021 08:10:02

LIBRA **PJE1G** Último Movimento Todos Em Gabinete (S: sim; N: não) **S** **N**

30.89%
Paralisados +100 dias

956
ACERVO PARALISADO
Lista de Processos

3.095
ACERVO ATIVO
Lista de Processos

PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	469	88	558
Ação Penal - Procedimento Sumário	1		1
Ação Penal de Competência do Júri	25	9	36
Auto de Prisão em Flagrante	45		45
Carta Precatória Cível	1		1
Carta Precatória Criminal	30		30
Total	833	120	956

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	IDMOVIMENTO	DTEVENTO
00000394320188140006	JULGADO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11177	02/06/2021 11:02:02 JUNTAR C
00000243620128140133	JULGADO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10832	20/07/2021 17:59:38 CERTIDAC
00000300420168140133	JULGADO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11177	05/07/2021 10:18:16 JUNTAR C
00000320820158140133	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11141	16/07/2021 21:28:44 BADXA DE
00000419620178140133	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	111412	21/07/2021 10:06:34 EXPEDIR I
00000427620208140133	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11177	21/07/2021 09:09:55 JUNTAR C
00000632820158140133	JULGADO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10832	21/07/2021 13:41:55 CERTIDAC
00000633320128140133	JULGADO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11141	15/07/2021 21:00:14 BADXA DE

Gestão Judiciária 1G MARITUBA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

Dados carregados até 29/10/2021 14:09:55

LIBRA **PJE1G** Último Movimento Todos Em Gabinete (S: sim; N: não) **S** **N**

1.26%
Paralisados +100 dias

10
ACERVO PARALISADO
Lista de Processos

791
ACERVO ATIVO
Lista de Processos

PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	4	1	5
Auto de Prisão em Flagrante	1		1
Carta Precatória Criminal	1		1
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1		1
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	1	1	2
Total	8	2	10

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	IDMOVIMENTO	DTEVENTO
00030544520138140133	JULGADO	PJE1G	300	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	85	05/03/2021 21:21:24
00035168920198140133	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	60	21/07/2021 11:43:16
00102737020178140133	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	23/04/2021 13:16:00
08000915020218140133	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	04/07/2021 17:47:31
08001036420218140133	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	1051	21/07/2021 00:14:59
08002318420218140133	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal	36	11/03/2021 09:01:53
08005349820218140133	EM ANDAMENTO	PJE1G	1268	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	85	11/03/2021 11:15:09
08007038520218140133	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	51	04/03/2021 14:57:13

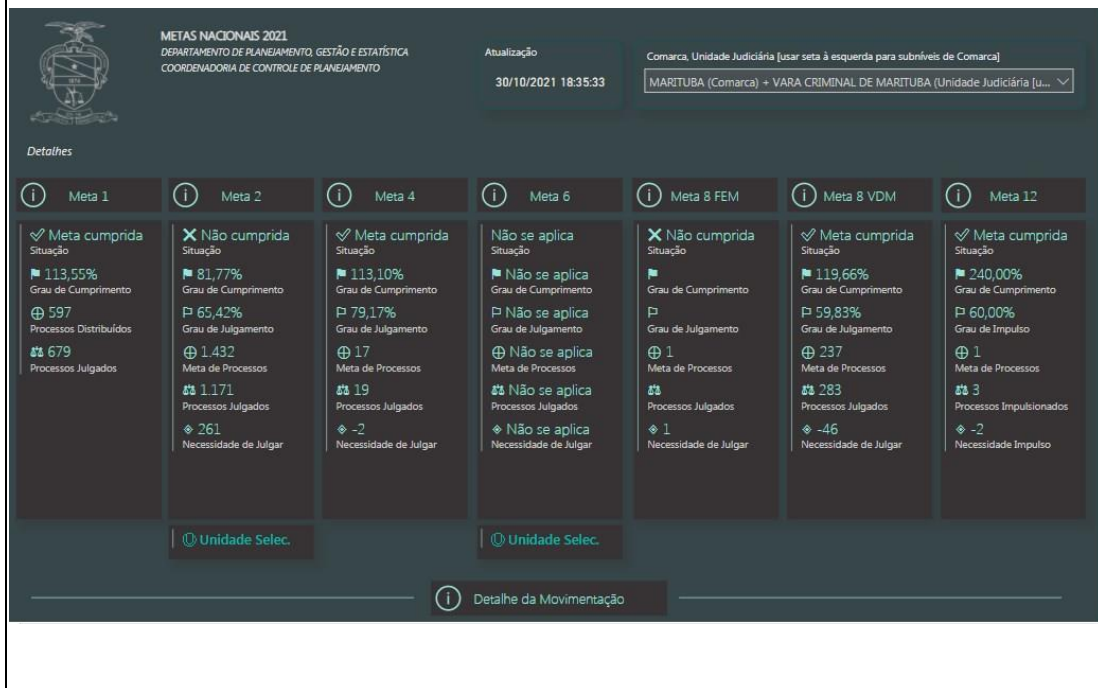




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



- Com relação às Metas Nacionais para o ano de 2021, o Painel de Metas do TJPA informava em 30/10/2021 que a Meta 01 estava sendo cumprida e havia 261 feitos pendentes de julgamento para cumprimento da Meta 02, já tendo sido alcançado o grau de cumprimento das Metas 04, 08 – VDM e Meta 12.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

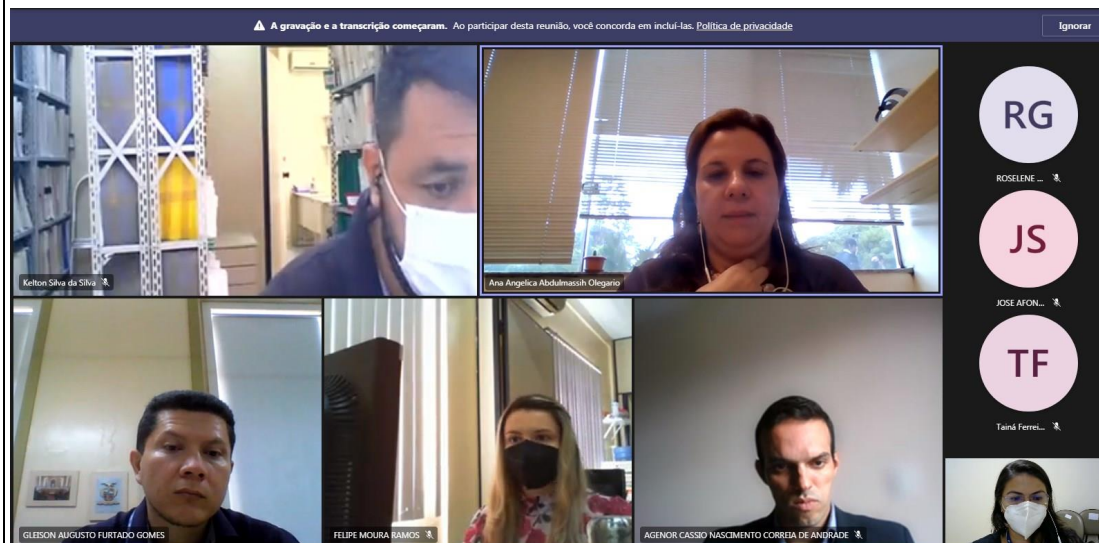
14.2 – DOS PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS.

- Conforme mencionado no item 4.4, constatou-se que a Secretaria não possui controle eficiente de presos provisórios, uma vez que a verificação das etiquetas demonstrou inconsistências com a existência de dois tipos de etiquetas no sistema PJE para identificação de processos desta natureza, o que precisa urgentemente ser corrigido. A listagem apresentada pelo Diretor de Secretaria informa que há 48 réus presos provisórios.

14.3 – REALIZAÇÃO DE WORKSHOPS.

- Com objetivo de orientar os servidores da Secretaria e do Gabinete para obtenção de maior domínio acerca das ferramentas de gestão processual/acervo disponibilizadas pelo TJPA, no dia 04/11/2021 a Corregedoria-Geral promoveu 04 (quatro) *workshops*, envolvendo os seguintes assuntos: **gerenciamento do Painel de Gestão**, com o servidor Gleison Gomes, Coordenador do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA; **ferramentas de gestão de acervo do PJE modalidade criminal** com a servidora Noemy Eminny Penha Carvalho, da Secretaria de Informática; **cadastramento de decisões envolvendo matéria referente à Violência Doméstica e Familiar**, com a magistrada Reijiane Ferreira e equipe da CEVID e, por fim, **procedimentos de digitalização e migração de processos** com as servidoras Patricia Casseb e Luizelena Castro, da Central de Digitalização do TJPA,

Workshop Painel de Gestão com o servidor Gleison Gomes - DPGE





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Workshop PJE – Criminal com a servidora Noemy Carvalho

A screenshot of a Zoom meeting. The main window displays the PJE (Process Judicial Eletrônico) interface. At the top, a notification reads: "A gravação e a transcrição começaram. Ao participar desta reunião, você concorda em inclui-las. Política de privacidade". The interface shows a list of cases under the heading "Encontrados 31 processos". The cases listed include:

- APJPd 0003344-48.2021.8.14.0133 - Roubo Migrado
- APDc 0003888-08.2019.8.14.0008 - Estágio de vulnerável
- APDc 0002940-03.2020.8.14.0133 - Estágio de vulnerável
- APDc 0000341-03.2020.8.14.0133 - Roubo
- APDc 0001886-61.2020.8.14.0133 - Estágio de vulnerável

On the right side of the Zoom window, there are video thumbnails for participants: Keltan Silva da Silva and Ana Angelica Abdulmassih Olega. Below the thumbnails are icons for mute (N), video (TS), and a plus sign (+5) for more participants.

Workshop Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher –com a magistrada Reijiane Ferreira de Oliveira e equipe da CEVID.

A screenshot of a Zoom meeting grid. At the top, a notification reads: "A gravação e a transcrição começaram. Ao participar desta reunião, você concorda em inclui-las. Política de privacidade". The grid shows several participants in video thumbnails:

- Keltan Silva da Silva
- Riane Conceicao Ferreira Freitas
- Renata da Mota Giordano Mendes
- Tainá Ferreira
- ROSELENE
- REIJIANE FERREIRA DE OLIVEIRA
- JOSE AFON
- GILVANA D.
- ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGA
- FELIPE MOURA RAMOS
- AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORRÊA DE ANDRADE

On the right side of the Zoom window, there are icons for mute (TF), video (RG), and a plus sign (+5) for more participants. Below these are icons for mute (JS), video (GP), and a plus sign (+5) for more participants. At the bottom right, there is a mute icon (TS).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Workshop Digitalização e Migração de processos com as servidoras Patrícia Casseb e Luizelena Castro



14.4 – CONCLUSÃO.

Concluída a correição geral ordinária da Vara Criminal da Comarca de Marituba **sugere-se** à MM. Corregedora-Geral de Justiça que determine sejam adotadas recomendações/determinações quanto às seguintes verificações:

- necessidade de ajustes quanto ao espaço físico destinado à sala de audiências, gabinete e assessoria, bem como ausência de sala no Fórum para realização de Tribunal do Júri.
- necessidade de julgamento dos feitos pendentes que compõem a Meta 02 do CNJ.
- estabelecimento de rotina para que a Secretaria realize a juntada diária de petições e atualize as petições que se encontrem pendentes na pasta localizada na Secretaria.
- organização das etiquetas do sistema PJE, tanto com relação aos processos de réus presos quanto aos processos de Metas do CNJ.
- análise dos 526 processos julgados e não baixados, indicados no Painel de Gestão Judiciária, para verificação se aptos ao arquivamento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- atualização da pasta de agrupadores do PJE considerando a existência de 6.715 pendências e anda, estabelecimento de rotina para verificação diária da pasta.
- acesso diário ao sistema PJECOR, observando os termos do Ofício Circular n. 135/2020-CJCI, de 07/10/2020 e n. 39/2021-CGJ, de 09/04/2021.
- análise dos processos que constam no relatório do sistema Libra “arquivados com apensos em outra situação”.
- adoção de providências nos processos vinculados à subcontas paralisadas há mais de 03 anos.
- estabelecimento de controle dos processos que se encontram aguardando laudo.
- adotar as providências determinadas no relatório PAMEM 2021/40937, oriundo do Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais
- elaboração e publicação diária da resenha.
- adoção de providências quanto aos 295 processos que se encontram em carga externa, inclusive processos que se encontra com vistas a advogado desde o ano de 2014 (processos n. 0001599-82.2010.8.14.0133).
- cobrança de mandados expedidos e não devolvidos por prazo superior ao legal.
- regularização da divergência de bens constatada no cadastro do SNBA e no cadastro do sistema Libra.
- verificação da lista de processos com bens apreendidos para identificação daqueles que foram arquivados sem destinação dos bens.
- cumprimento do Provimento Conjunto 02/2021-CJRMB/CJCI quanto às armas de fogo que ainda estão acauteladas no Fórum da Comarca de Marituba.
- atualização de senha do sistema SIEL.
- realização de diligências periódicas nos feitos que se encontram suspensos nos termos do artigo 366 do CPP, conforme determina o Provimento n. 15/2009-CJRMB, visando localizar o acusado, encaminhando os autos ao MP, realizando buscas no INFOPEN, SIEL e outras providências que possibilitem a localização, realizando efetivo controle dos prazos prescricionais.
- padronização e inserção de rotina de informações no sistema PJE quanto às datas de prisão e soltura dos réus.
- movimentação dos processos localizados em Secretaria, pendentes de expedição de mandado de citação/outros documentos, **com urgência**, para evitar a ocorrência de prescrição.
- realização dos cursos disponibilizados na página da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, especialmente os cursos “Fluxo de PJE Criminal” e “Estrutura, Organização e Funcionamento das Varas Criminais”.
- rotina de verificação dos mandados de prisão cadastrados no sistema BNMP para evitar possíveis incongruências.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Registra-se, por fim, o agradecimento ao magistrado Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade e a todos os servidores da Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Marituba que contribuíram para os trabalhos através de esclarecimentos das atividades da unidade, bem como quanto à atenção dispensada à equipe correcional.

É o relatório que ora se submete à superior deliberação da Exma. Sra. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça.

Marituba, PA, 04 de novembro de 2021.

ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO

Juíza Corregedora

TATIANE SARAIVA DA PAIXÃO

Servidora da CGJ

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA

Servidora da CGJ

15. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

- cópia do PAMEM 2021/40937 – relatório do Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais
- pauta de sessões do Tribunal do Júri
- relatório de subcontas da Unidade
- relatório de subcontas paralisadas há mais de 03 anos
- relatório de bens apreendidos – sistema LIBRA
- relatório de processos arquivados com apenso em outra situação
- relatório de presos provisórios – sistema LIBRA
- relatório de presos provisórios – controle da Unidade
- relatório de mandados distribuídos e não cumpridos
- relatório de bens SNBA – CNJ
- relatório de processos com carga externa – sistema LIBRA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16. ACERVO DE FOTOS.



Na foto, o Exmo. Sr. Dr. Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, magistrado da Vara Criminal de Marituba, em exercício, e a Exma. Sra. Dra. Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Corregedora.



A Exma. Sra. Dra. Ana Angélica Abdulmassih Olegário e o Exmo. Sr. Dr. Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade com a equipe de servidores da Vara Criminal da Comarca de Marituba





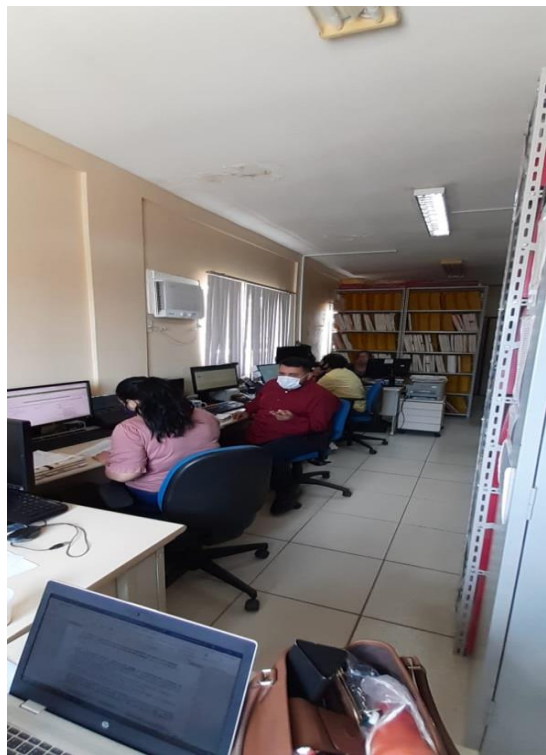
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SALA DE BENS APREENDIDOS.



SALA DE CUSTÓDIA



ARMÁRIO COM BENS APREENDIDOS





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO JUÍZO/ASSESSORIA/SALA DE AUDIÊNCIA.

